



**LEI MUNICIPAL Nº. 1.348/2025**

**ALVORADA/TO, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**Institui o Sistema Municipal de Integridade e Compliance no âmbito do Poder Executivo do Município de Alvorada, Estado do Tocantins, e dá outras providências.**

**A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO TOCANTINS/TO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Alvorada/TO aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Municipal de Integridade e Compliance – SMIC, no âmbito do Poder Executivo do Município de Alvorada, com o objetivo de promover a ética, a transparência, a integridade, a prevenção e o combate a práticas ilícitas na administração pública.

**Art. 2º** O Sistema Municipal de Integridade e Compliance compreende o conjunto de mecanismos e procedimentos destinados a:

- I – prevenir, detectar e remediar irregularidades, fraudes e atos de corrupção;
- II – fomentar a cultura da integridade e da responsabilidade pública;
- III – promover a transparência e a responsabilização dos agentes públicos;
- IV – aprimorar os controles internos e a gestão de riscos;
- V – fortalecer a confiança do cidadão na administração pública municipal.

**Art. 3º** São princípios orientadores do SMIC:

- I – legalidade;
- II – impessoalidade;
- III – moralidade;
- IV – publicidade;
- V – eficiência;
- VI – ética pública;
- VII – accountability e transparência;
- VIII – gestão de riscos e governança pública.

**Art. 4º** Integram o Sistema Municipal de Integridade e Compliance:

- I – o Órgão de Controle Interno do Município, na qualidade de Unidade de Integridade;

II – as unidades administrativas dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

III – o Comitê Municipal de Integridade, a ser instituído por decreto do Poder Executivo.

**Art. 5º** Compete ao Órgão de Controle Interno, na condição de Unidade de Integridade:

I – coordenar e executar o SMIC;

II – elaborar o Plano Anual de Integridade;

III – propor diretrizes e procedimentos de compliance para os órgãos e entidades;

IV – monitorar e avaliar a implementação das ações de integridade;

V – promover capacitações e campanhas educativas sobre ética e integridade;

VI – elaborar relatórios periódicos de acompanhamento e avaliação do Sistema.

**Art. 6º** O Comitê Municipal de Integridade, a ser instituído por decreto, terá caráter consultivo e deliberativo, com as seguintes competências:

I – aprovar o Plano Anual de Integridade;

II – acompanhar o desempenho e os resultados do Sistema;

III – deliberar sobre relatórios, recomendações e medidas corretivas;

IV – propor políticas de aprimoramento do compliance municipal.

**Art. 7º** Cada órgão ou entidade municipal deverá designar um servidor responsável pelo acompanhamento das ações de integridade em sua área, sob orientação da Unidade de Integridade.

**Art. 8º** O Sistema Municipal de Integridade e Compliance compreenderá, no mínimo, os seguintes instrumentos:

I – Código de Ética e Conduta dos Servidores Públicos Municipais;

II – Plano Anual de Integridade;

III – Gestão de Riscos e Controles Internos;

IV – Canais de Denúncia e de Comunicação Segura;

V – Medidas de Prevenção e Treinamento;

VI – Monitoramento, auditoria e avaliação periódica.

**Art. 9º** Os canais de denúncia deverão garantir o sigilo da identidade do denunciante, a proteção contra retaliações e o encaminhamento das informações ao órgão competente.

**Art. 10.** O Plano Anual de Integridade definirá objetivos, metas, prazos e indicadores de desempenho do Sistema, devendo ser publicado anualmente até o dia 31 de março.

**Art. 11.** Os órgãos e entidades municipais deverão cooperar com a Unidade de Integridade, fornecendo informações, relatórios e dados necessários à implementação do SMIC.

**Art. 12.** A Controladoria poderá solicitar auditorias, recomendações e planos de ação corretiva quando forem identificadas falhas de integridade ou riscos relevantes.

**Art. 13.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei por decreto, no prazo de até 90 (noventa) dias, para definir a composição do Comitê de Integridade e demais procedimentos operacionais.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Prefeita do Município de Alvorada, Estado do Tocantins, 12 de novembro de 2025.**

*Thaynara de Melo Moura*

**THAYNARA DE MELO MOURA**

Prefeita Municipal





## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que a Lei Municipal nº. 1.348, de 12 de novembro de 2025, que **“Institui o Sistema Municipal de Integridade e Compliance no âmbito do Poder Executivo do Município de Alvorada, Estado do Tocantins, e dá outras providências”** foi publicada em placar público, nos termos do art. 100, da Lei Orgânica Municipal, para conhecimento público.

Alvorada/TO, 12 de novembro de 2025.

  
**RHAFELA GUERRA TAKAHASHI**  
Secretária Municipal de Administração